



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2013

(Do Sr. Rubens Bueno)

*Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize uma **fiscalização** sobre a contratação, sem licitação, do IDECAN pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.*

Senhor Presidente,

Com base no art.100, § 1º, combinado com os arts. 60, incisos I e II, e 61 do Regimento Interno, o signatário apresenta uma PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (PFC) a Vossa Excelência para que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, uma fiscalização na contratação, sem licitação, do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (Idecan), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

JUSTIFICAÇÃO

O atual ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deputado federal Senhor Antônio Andrade, assumiu a pasta, recentemente, em 16 de março de 2013 na vaga de Mendes Ribeiro Filho, que deixou o cargo para cuidar de problemas de saúde. Menos de seis meses depois de sua posse, avolumam-se as denúncias contra o novo ministro. A mais recente diz respeito à contratação, sem concorrência pública, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (Idecan) para organizar o concurso público para 736 vagas em cargos de nível fundamental, médio e superior. O extrato de dispensa de licitação foi divulgado no "Diário Oficial da União" de 26 de agosto de 2013.

O concurso foi autorizado pelo Ministério do Planejamento, por meio da portaria nº 74 publicada no "Diário Oficial da União" do dia 18 de março de 2013. O prazo para a publicação dos editais será de até seis meses, contado a partir da publicação da portaria, ou seja, até setembro de 2013.

Sucedem que o jornal O Estado de S.Paulo publicou, na edição de 27.08.2013, notícia dizendo que o referido Instituto é presidido por correligionária do Ministro da Agricultura, Antonio Andrade, e receberá R\$ 5,5 mi para promover o concurso. A íntegra da notícia de autoria de Andreza Matais e Fábio Fabrini é a seguinte:

BRASÍLIA - O ministro da Agricultura, Antônio Andrade (PMDB-MG), contratou por R\$ 5,5 milhões, sem licitação, entidade de aliados políticos para realizar concurso público na pasta. O contrato será o primeiro de grande porte do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial (Idecan), com sede em Muriaé (MG) e dirigido por correligionários de Andrade.

O Idecan é presidido por Marlene Maria Paiva, filiada ao PMDB mineiro. A entidade opera em parceria e funciona no mesmo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

endereço da Consulplan, que é subcontratada para organizar e desenvolver as seleções. O presidente da empresa, Elder Dala Paula Abreu, se filiou ao PMDB em 2011, a convite do ministro, que ofereceu uma festa de boas-vindas ao empresário, pré-candidato a deputado federal.

A sede das empresas foi palco do Encontro do PMDB na Zona da Mata Mineira neste ano, prestigiado por Andrade, que posou para fotos e discursou ao lado do empresário.

O contrato com a Idecam foi publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU). O ministério informa que a dispensa de concorrência está respaldada em dispositivo da Lei de Licitações que diz ser possível pular essa etapa em caso de contratação de instituição de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que seja de inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos. A pasta informou que optou por essa modalidade porque "não haveria tempo hábil para licitação."

'Coincidência'. Ao **Estado**, o ministro disse que a contratação foi "coincidência". "Não tem relação nenhuma, não", disse Andrade. "Não sei te falar qual empresa foi escolhida, confesso que não sei. Parece que escolheram a de menor preço."

O ministério negou critério político e em nota alegou que o Idecam apresentou o menor preço médio de inscrição. Disse ainda que a empresa atestou sua capacidade técnica com 21 atestados.

Marlene Paiva, do Idecam, disse que a dobradinha com a Consulplan será reeditada no concurso do ministério. Perguntada, ela primeiro negou ser do PMDB. "Não, não sou do partido. Como você sabe disso?"

Informada de que seu nome está na relação de filiados em Minas e que o presidente da legenda em Muriaé confirmou que ela é da sigla e foi secretária de Educação na cidade, mudou a versão: "Estou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

muito esquecida". Marlene afirmou desconhecer o fato de o ministro ser do PMDB - Andrade preside o diretório mineiro. "Nem o conheço."

O **Estado** não localizou Elder Abreu. A Consulplan não respondeu ao e-mail da reportagem.

Em vista do exposto, a presente Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) tem por objetivo investigar as graves denúncias e, caso seja constatada alguma irregularidade, sejam os responsáveis punidos na forma da Lei.

Sala das Sessões, de agosto de 2013.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR